



PRÉMIO AICA ARQUITECTURA 2008
CONVENTO DE SANTA CLARA-A-VELHA, COIMBRA
ALEXANDRE ALVES COSTA E SERGIO FERNANDEZ

PRÉMIO FERNANDO TÁVORA 4.ª EDIÇÃO ANÚNCIO DO VENCEDOR

O Vencedor da 4.ª edição do Prémio Fernando Távora será anunciado na segunda-feira dia 4 de Maio, às 22h, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Matosinhos. O anúncio será antecedido por uma conferência do Professor Doutor Arnaldo Saraiva, membro do Júri, sobre o Tema "A Viagem", e estarão presentes também os restantes membros do Júri: Arq. João Luís Carrilho da Graça, Professor Arquitecto Sergio Fernandez, artista plástica Helena Almeida e Arq. Ana Maia. Atribuído anualmente, e dirigido a todos os arquitectos inscritos na OA, o Prémio, uma homenagem ao arquitecto Fernando Távora, é constituído por uma bolsa de viagem para a melhor proposta de viagem de investigação. Nas edições anteriores foram vencedores os arquitectos: Nelson Mota, com a proposta «Viagem ao espaço doméstico e às cidades da burguesia do final do século XIX» (1.ª edição), Sílvia Benedito com «Quadrícula Emocional - um urbanismo híbrido entre natureza e arquitectura nas cidades atlânticas portuguesas do século XVI» (2.ª edição) e Maria Moita com o trabalho «Arquitectura para o desenvolvimento. Intervenções de emergência e de permanência no sudoeste asiático» (3.ª edição).
Organização: OA-SRN
Apoio Institucional: Câmara Municipal de Matosinhos e Centro de Documentação Álvaro Siza
Patrocinadores: Barclays Bank e Axa
Mais informações em www.oasrn.org > Prémio Fernando Távora



GESINE WEINMILLER CONFERÊNCIA EM TRÂNSITO #025

Gesine Weinmiller é uma arquitecta alemã, nascida em Constanza, em 1963. Completou o curso de arquitectura na Technische Universität de Munique, em 1989, tendo colaborado com Hans Kolhoff entre 1990 e 1992, data em que montou o seu próprio atelier em Berlim. Desde 1999 o atelier Weinmiller Architekten é uma parceria com Michael Grossman, tendo em 2003 aberto um segundo atelier em Colónia. Em 1995 venceu o concurso para o edifício do tribunal federal do trabalho em Erfurt, cuja construção lhe granjeou uma reputação internacional, em simultâneo com uma forte polémica pública. «A severidade rectangular

do edifício de quatro pisos, com um pátio interior e a fachada em grelha, animada por painéis com subtis variações, produz o efeito de um bloco monolítico: uma alegoria da razão, um monumento nostálgico à ordem». Gesine Weinmiller foi Assistente da Faculdade de Flora Ruchat-Roncati, na ETH Zurich, entre 1992 e 1994, leccionou na Universidade de Bergische em Wuppertal, entre 1999 e 2000 e desde 2000 integra o corpo docente da Academy for Architecture Culture (aac) em Hamburgo. A partir do corrente ano é Membro do Conselho Consultivo da École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça.
3 de Maio, Domingo
Em trânsito #25
Sala 2, Casa da Música, Porto, 22h
A conferência é proferida em inglês, sem tradução.
Bilhete: €3
Local de venda: Casa da Música
Organização: OA-SRN
Parceria: Casa da Música
Patrocínio: AXA



WONDERLAND

A OA-SRN iniciou em 2007 uma colaboração com a plataforma europeia de jovens arquitectos 'Wonderland', no contexto do ciclo de conferências e debates Road to Wonderland 'A Caminho do País das Maravilhas, Jovens Arquitectos em Portugal', organizado em parceria com o Passos Manuel e o Laboratório de Design da FBAUP, id:D. Apoiou também a edição do 3.º número da revista Wonderland, Going Public, e está neste momento a desenvolver parcerias em iniciativas que serão anunciadas brevemente.

Os 3 números já editados da revista wonderland, #01 Getting Started, #02 Making Mistakes e #03 Going Public, estão disponíveis para venda na secretaria da OA-SRN (€7,5), assim como o livro Wonderland Travelogue 2004 - 2006. 99 European examples and answers regarding a changing architectural practice (€24).
Mais informações em www.oasrn.org > Cultura



COMO É O PROCEDIMENTO PARA O RECONHECIMENTO DE ARQUITECTOS COMO PERITOS QUALIFICADOS NO ÂMBITO DO SCE?

1 DISPONIBILIZAÇÃO DA MINUTA DE PEDIDO DE RECONHECIMENTO

Uma minuta do pedido de reconhecimento está disponível para download no site da OA-SRN com as indicações para a elaboração do Curriculum Vitae.

O processo de candidatura deverá ser instruído pelo candidato com os elementos necessários para o efeito e enviado por via electrónica para os endereços: global@oasrn.org ou resolucao.conflictos@oasrn.org

2 RECEPÇÃO E VERIFICAÇÃO DOS PEDIDOS

A documentação entregue será verificada com vista a determinar se:

- foram entregues todos os elementos necessários à candidatura;
- os documentos entregues são válidos e estão actualizados.

Caso sejam identificadas falhas ou omissões na documentação entregue, o arquitecto será informado por e-mail desse facto e, se aplicável, solicitada a rectificação da situação mediante o envio de informação adicional.

3 APRECIACÃO E DECISÃO SOBRE O RECONHECIMENTO

O Pelouro da Resolução Alternativa de Conflitos da OA-SRN procede, de forma contínua, na sequência da entrada dos pedidos, à apreciação dos mesmos. Caso o Pelouro da Resolução Alternativa de Conflitos entenda necessário pedir algum esclarecimento ou informação adicional sobre a situação curricular do arquitecto, deverá fazê-lo directamente junto do mesmo.

O arquitecto será informado, pelo Pelouro da Resolução Alternativa de Conflitos, da decisão sobre o seu pedido de reconhecimento, indicando as vertentes em que lhe foi deferido ou indeferido o pedido. Caso o arquitecto não concorde com a decisão, poderá apresentar novo pedido de reconhecimento, seguindo o procedimento desde o início.

4 FORMAÇÃO ESPECÍFICA RECONHECIDA PELO SCE

AADENE informa o Conselho Directivo Nacional, de forma periódica, relativamente aos arquitectos que frequentaram o curso de formação específica reconhecido pelo SCE e tiveram aprovação. A informação é encaminhada para a Secção Regional respectiva para que esta possa proceder ao pré-registo dos arquitectos reconhecidos como Peritos Qualificados.

5 REGISTO DOS MEMBROS RECONHECIDOS COMO PERITOS QUALIFICADOS

O Pelouro da Resolução Alternativa de Conflitos da Secção Regional do Norte da Ordem dos Arquitectos deverá proceder ao pré-registo dos Peritos Qualificados reconhecidos no sistema informático de suporte SCE. Para tal,

deverá aceder ao sistema mediante introdução de login e password na área reservada do subPortal SCE e, na opção de «gestão de pré-registo».

Terá de ser introduzida a seguinte informação:

- Nome completo do arquitecto Perito Qualificado;
 - Número de membro da Ordem dos Arquitectos;
 - Endereço electrónico;
 - Vertente(s) (RCCTE, RSECE-E e RSECE-QAI).
- Na sequência do pré-registo, o Perito Qualificado irá receber informação, via endereço electrónico, sobre a forma de aceder e completar o respectivo registo do sistema. A ADENE será informada automaticamente pelo sistema dos actos de pré-registo e registo, e procederá junto do perito qualificado no sentido de obter os elementos necessários para se proceder à emissão/actualização do diploma e cartão de Perito Qualificado.

Para solicitar mais esclarecimentos sobre o assunto utilizar o endereço electrónico resolucao.conflictos@oasrn.org

PROTOCOLO OA-SRN /PRACTICALPROJECT

A OA-SRN estabeleceu um protocolo com a Practicalproject - Sistemas de Gestão, Unipessoal Lda que disponibiliza aos membros o acesso a um 'pacote' de gestão, designado 'Kit de gestão Practicalproject', constituído por um conjunto de serviços e de software, moldado para pequenos gabinetes, até um máximo de seis colaboradores, pelo montante de €900 + IVA, o que representa um desconto de 67% relativamente aos valores praticados pela Practicalproject.
Mais informações em www.oasrn.org > membros > protocolos

CONCURSO «PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE VILA REAL» A ORDEM APRESENTA FORMALMENTE DENÚNCIA AO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Directivo Nacional, em articulação com a OA-SRN, e no âmbito do «Concurso Público para Elaboração do Projecto de Execução do Loteamento e Três Edifícios do Parque de Ciência e Tecnologia de Vila Real», promovido pela Associação para o Desenvolvimento do Régia-Douro Park, dirigiu, formalmente, denúncia ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, na qual requer a esta entidade que «se digne patrocinar a acção administrativa especial de impugnação de actos administrativos e do programa do concurso e caderno de encargos, bem como a providência cautelar com vista à suspensão do procedimento concursal», a qual seguirá agora os trâmites que tal entidade considere apropriados. Da mesma foi dado conhecimento ao Provedor de Justiça.

A denúncia recebida no dia 24 de Março foi devidamente instruída com um parecer técnico elaborado pela OA-SRN e subscrita pelos Presidentes do Conselho Directivo Nacional e Conselho Directivo da Secção Regional do Norte.

O parecer técnico apresentou fundamentação técnica baseada numa análise exaustiva de todo o processo, tendo como objectivo a cabal

demonstração da impossibilidade de concretização, no prazo estabelecido, do objecto do concurso.

O teor da referida denúncia foi aprovado em reunião do Conselho Directivo da Secção Regional do Norte de 9 de Março de 2009 e em reunião do Conselho Directivo Nacional de 18 de Março de 2009.

Conforme já divulgado pela OA-SRN no Comunicado aos Membros de 30 de Janeiro, difundido através da newsletter electrónica da OA-SRN, 'O Mensageiro', e nos sites das duas Secções Regionais e do Conselho Directivo Nacional, e reforçado no seu Comunicado de Imprensa, de 9 de Fevereiro, entendeu a Ordem dos Arquitectos não estarem, neste procedimento, acautelados os princípios e normas legislativas que regem a contratação pública, ao qual a entidade promotora está vinculada, nem acautelada a defesa da prática profissional da Arquitectura.

Foi ainda requerido à entidade promotora, a 17 de Fevereiro de 2009, a emissão de certidão de elementos do processo, não tendo a OA-SRN obtido, até ao momento, qualquer resposta.

PELOURO DA ENCOMENDA DA OA-SRN

ELEIÇÕES NA DELEGAÇÃO DO ALGARVE E NO NÚCLEO DO MÉDIO TEJO VOTANTES RONDARAM 16 POR CENTO

As listas únicas que se apresentaram às eleições para a direcção da Delegação do Algarve e do secretariado do Núcleo do Médio Tejo (mandato 2009-2011), no passado dia 27 de Março, foram eleitas, respectivamente, com 15,96 por cento e 16,8 por cento dos votos expressos relativamente ao total de membros inscritos nos cadernos eleitorais.

Na Delegação do Algarve, a lista A obteve 59 dos 99 votos expressos (registaram-se sete votos brancos e 33 nulos) num universo de 620 eleitores. No Núcleo do Médio Tejo, que tem 113 membros inscritos, a lista A obteve 15 votos, houve três votos nulos e um branco.

A lista para a direcção da Delegação do Algarve integrou os arquitectos Vítor Manuel da Costa Lourenço (presidente), José Pedro Leandro do Nascimento, Neusa Alexandra Leal da Luz Alexandre, Rui Miguel Jacinto Vargas, Luís Fernando Dias de Brito Matos, Osvaldo José Saraiva de Sousa e Marco André Borges da Costa.

Os candidatos ao secretariado do Núcleo do Médio Tejo eram Rui Miguel dos Santos Serrano (presidente), Pedro Manuel Araújo Dias Costa, Ricardo Manuel Martins Cabrita, Ana Sofia Barral Fernandes Pereira da Cruz, Telma Rodrigues da Silva, José Fernando Porto Tavares e Carlos Augusto Santos Duque.

OA-SRS PREPARA ABERTURA DE GABINETE DE APOIO À GESTÃO ACONSELHAMENTO AOS ARQUITECTOS E ATELIERS SOBRE CUSTOS, CONTRATOS DE TRABALHO, CÁLCULO DE HONORÁRIOS E QUAISQUER OUTRAS QUESTÕES LEVANTADAS PELOS MEMBROS

O exercício da prática profissional liberal, quer seja num grande ou pequeno atelier, já não é hoje compatível com o exercício amador da profissão, muito em voga até meados dos anos 90 em Portugal.

Hoje mais do que nunca, assiste-se a uma concorrência feroz entre os vários profissionais, lutando pelo acesso à encomenda, já não a uma escala local e nacional, mas sim global. Tendo em conta estes novos desafios, a Ordem dos Arquitectos-Secção Regional Sul (OA-SRS) prepara a abertura do Gabinete de Apoio à Gestão, disponibilizando a todos os membros o acesso ao aconselhamento, por parte de profissionais credenciados naquela área.

Ainda em fase de arranque, o Gabinete de Apoio à Gestão, ajudá-lo-á, presentemente e no futuro, a:

- Acesso a instrumentos fundamentais para a gestão de atelier e/ou profissão liberal;
- Contactos personalizados, dando resposta a questões levantadas pelos membros, por escrito ou em consultas presenciais;
- Organização de sessões explicativas;
- Como imputar os custos de estrutura e os custos variáveis a um projecto;
- O custo hora de um atelier e a sua utilidade no cálculo de honorários;
- O arranque da actividade;
- As obrigações fiscais da profissão liberal e dos ateliers-empresa (vantagens e desvantagens da profissão liberal versus a constituição de uma empresa);
- Quais os direitos e deveres do empregador e do trabalhador (tipos de contratos de trabalho, etc.);
- Divulgação de produtos adequados à gestão de atelier (nas fases de arranque, crescimento ou na gestão do dia-a-dia);
- Estratégias para a eliminação ou redução significativa de custos não relacionados com a produção directa da actividade.

Através do Gabinete de Apoio à Gestão esperamos contribuir para um melhor exercício da profissão, ajudando todos a maximizarem os seus recursos, sejam eles financeiros ou humanos.

RICARDO ABOIM INGLEZ, VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO REGIONAL DO SUL

A «CASA DA VIZINHA...» REABRIU COM CONFERÊNCIA DE JOÃO LUÍS CARRILHO DA GRAÇA PLATAFORMA DE INFORMAÇÃO E TROCA DE EXPERIÊNCIAS SOBRE 'SUSTENTABILIDADE'

O projecto «A Casa da vizinha não é tão verde quanto a minha», lançado pela Ordem dos Arquitectos-Secção Regional Sul (OA-SRS) em 2007 e agora redesenhado atingiu um dos seus objectivos principais com a presença, na sessão de reabertura (na noite de 20 de Março), de João Luís Carrilho da Graça, um arquitecto amplamente reconhecido, vencedor do Prémio Pessoa 2008.

O seu trabalho, não catalogado como 'sustentável', integra um conjunto de princípios ligados ao conceito de 'sustentabilidade' que foram amplamente debatidos e explicados naquela noite, abrindo caminho para uma nova interpretação do termo Arquitectura como processo multidisciplinar e transversal. Algumas passagens da conferência do arquitecto podem ser encontradas no sítio de «A Casa da Vizinha...» (www.casadavizinha.eu).

Nesta nova fase, «A Casa da Vizinha...» pretende construir uma plataforma de ideias, projectos e experiências em torno do conceito de 'sustentabilidade' como parte integrante da disciplina arquitectónica – promovendo, ainda, a organização de conferências, debates, *workshops* e *masterclasses* – e mantendo a ideia inicial de uma base de dados facilmente consultável e constantemente actualizada com contribuições exteriores ao projecto.

«A Casa da Vizinha...» é um projecto dirigido pelo arquitecto Nadir Bonaccorso e por Carlos Pedro Sant'Ana (director-adjunto). O conselho editorial é composto por Pedro Campos Costa, Cláudia Melo, Maria João Rodrigues e Miguel Nery.

A próxima conferência realiza-se a 15 de Maio na sede nacional da Ordem dos Arquitectos, a partir das 21h.



João Luís Carrilho da Graça, 2008
Museu Ibérico de Arqueologia e Arte, Abrantes

EXPOSIÇÃO EM COIMBRA PODE SER VISTA NO MUSEU DA ÁGUA ATÉ 3 DE MAIO GREEN BUILDING? PARA QUE VIVEMOS?

O Museu da Água de Coimbra lançou um desafio ao projecto «A Casa da Vizinha não é tão verde quanto a minha» para organizar a exposição «Edifícios sustentáveis/GreenBuilding».

A exposição, que se inspira na obra do etnólogo francês Marc Augé, 'Para que vivemos?', reúne um conjunto de reflexões, conceitos e obras construídas que espelham em si a temática da sustentabilidade (no seu conceito mais abrangente) como 'elemento natural' do acto de viver, pensar, projectar.

Neste âmbito, o visitante é convidado a uma reflexão sobre as temáticas abordadas, havendo espaço a 'respostas' no final do espaço expositivo.

Será um agrupamento de objectos únicos e singulares técnica e tecnologicamente sensíveis ao ambiente, a resposta à nossa necessária evolução? Será uma mudança de atitude política, económica e/ou cultural, global, que poderá proporcionar o equilíbrio entre o Homem e o meio ambiente?

Um debate, a decorrer a 30 de Abril (15h) nas instalações do museu pretende ajudar a reflectir sobre estas interrogações. Conta com a participação dos arquitectos Manuel Graça Dias e Alberto Lage, entre outros.

Sítio de «A Casa da Vizinha...»
www.casadavizinha.eu
Museu da Água de Coimbra
Parque Dr. Manuel Braga (Parque da Cidade)
Terça a domingo, 10-13h/14-18h

Serviço educativo
Visitas acompanhadas com actividades pedagógicas complementares em oficina
Marcação prévia: Tel. 239 102 115
www.museudaagua.com

OA-SRS ASSINOU PROTOCOLO COM SERPA ADENDA AO ACORDO PREVÊ ORGANIZAÇÃO DE SEMINÁRIO SOBRE O TEMA DA LUZ

A OA-SRS assinou um protocolo de cooperação com a Câmara Municipal de Serpa no passado dia 27 de Março, no decorrer da I Feira das Energias Renováveis, Construção e Ambiente Sustentáveis que decorreu na localidade alentejana.

À semelhança do que aconteceu com outros protocolos assinados pela OA-SRS com entidades municipais, o acordo com a autarquia de Serpa centra-se nas questões do exercício da profissão de arquitecto, do aprofundamento de políticas municipais de arquitectura e da sensibilização dos cidadãos para a arquitectura e o território.

Uma adenda a este protocolo prevê a realização pelas duas entidades de um seminário e de um *workshop* sobre a temática da luz.

No protocolo propriamente dito, a OA-SRS compromete-se a apoiar a realização de candidaturas a programas de formação para os arquitectos que trabalham na autarquia, acompanhar a integração de arquitectos estagiários, dar primazia nas acções de formação que organiza aos arquitectos municipais e incentivar o recurso à encomenda pública de projectos e obras, «privilegiando o procedimento por concurso público» e disponibilizando «os seus serviços para assessorar a preparação e lançamento de concursos».

Compromete-se, ainda, a divulgar o Regulamento de Deontologia e o Estatuto da Ordem; a participar em acções de sensibilização sobre «a defesa do interesse público» e em iniciativas que visem aprofundar o conhecimento da «cultura arquitectónica»; a colaborar na classificação de imóveis e conjuntos urbanos de relevância arquitectónica e na organização de prémios municipais de arquitectura; finalmente, a colaborar num plano estratégico que integre o cumprimento das prioridades da Agenda 21 Local – processo que inclui várias entidades públicas e organizações para promover «a sustentabilidade a nível local e melhorar a qualidade do ambiente e de vida».

Já à Câmara de Serpa compete a integração de arquitectos no seu quadro de pessoal; a valorização dos arquitectos como interlocutores privilegiados enquanto detentores de um saber específico; a promoção de acções de formação contínua para arquitectos municipais e o recurso à encomenda pública de projectos e obras; assegurar que «em todas as obras públicas o projecto de arquitectura é elaborado e apreciado por arquitectos» e que a actividade destes «privilegia o interesse público».

Serpa também fica responsável pela execução de um plano estratégico que dê cumprimento à Agenda 21 Local, por fazer respeitar as autorias dos projectos, identificar os autores de obras públicas nos imóveis construídos e nos imóveis que constam do levantamento de obras arquitectónicas do século XX realizado pela Ordem (IAPXX) e criar prémios municipais.

TWITTER.COM/OASRS MAIS DE 200 SEGUIDORES EM DOIS MESES

On-line desde 21 de Janeiro, o Twitter da OA-SRS somava, no final do mês de Março, mais de 200 seguidores e um total de 390 actualizações.

A adesão da Secção Regional Sul à rede social Twitter teve por objectivo alargar a gama de serviços de informação disponíveis a todos os membros e interessados em arquitectura, disponibilizando, todos os dias úteis, informações actualizadas sobre as actividades da Ordem dos Arquitectos, bem como de temas genericamente relacionados com a arquitectura nacional e internacional.

Trata-se de uma ferramenta indispensável para quem quer manter-se permanentemente actualizado, a que é possível aceder através na página inicial de www.oasrs.org ou directamente em <http://twitter.com/oasrs>.

NOVOS

O ÚLTIMO NÚMERO DE REGISTO NA ORDEM DOS ARQUITECTOS ATRIBUÍDO É 17.507

A SUL

Ana Margarida Flores Miguel
Ana Margarida Baptista Mendes
 Ana Margarida Vaz Rico
Bruno Filipe Vassalo Russo
 Cláudia Cristina de Carvalho Cruz
Diana Rodrigues Mira
 Dina Sophia Vieira
Inês Gonçalves Toronjo Guerreiro
 João Santiago Domingos
José Carlos Varela Lima
 Laura Vasconcelos de Gouveia
Luís Sérgio Almeida Saraiva
 Maurício Bruno Almeida Martins
Patrícia Martinez
 Pedro André Varela Almeida
Pedro Miguel da Silva Cunha
 Ricardo André das Dores Guerreiro
Ricardo Manuel Rosa de Mesquita
 Ricardo da Fonseca e Rodrigues
Rita Coutinho Teixeira
 Rita Flores Pereira
Sara Ribeiro dos Santos Pratas
 Vânia Patrícia Almeida Fonseca

A NORTE

Adriana Raquel de Oliveira Manco
 Alexandra Margarida Pinto Neves
Ana Carina da Silva Ferreira
 Ana Isabel Dias Gomes
Ana Luísa da Silva Fernandes
 Diana Raquel Alves Antunes
Francisco Manuel Correia da Silva
 Godofredo Nobre Enes Pereira
Helder dos Santos Costa
 Hugo Carneiro Leão de Mesquita
Joana Saraiva Eugénio Rodrigues
 João Rafael Abreu Fortes
José Filipe Fernandes Ribeiro
 Júlia Maria Leal Chagas
Luís Miguel da Silva Vidal
 Marco André da Cruz Oliveira
Mário Moreira dos Santos Costa
 Miguel António Reis Amado
Pedro Azevedo Cardoso de Oliveira
 Ricardino Martins dos Santos
Sara Simões Henriques Fernandes
 Sofia Daniela Cardoso das Neves
Susana Isabel Pinheiro Ribeiro

CASA DA ALCOLENA FOI DEBATIDA NA SEDE DA ORDEM PETIÇÃO «ON-LINE» QUER PRESERVAR IMÓVEL COM PAINÉIS DE ALMADA NEGREIROS; ORDEM ENTREGOU PEDIDO DE CLASSIFICAÇÃO NA CÂMARA DE LISBOA DE CASA QUE TEM UM PROCESSO DE DEMOLIÇÃO. PROJECTISTA CULPA «SISTEMA JURÍDICO E ADMINISTRATIVO PORTUGUÊS»

A situação da casa no Restelo projectada pelo arquitecto António Varela (1951-1955), que integra murais de azulejo do pintor Almada Negreiros e que tem um projecto de demolição entregue na Câmara Municipal de Lisboa, foi debatida na sede nacional da Ordem dos Arquitectos a 24 de Março.

O debate reuniu familiares de António Varela, de Almada Negreiros e do primeiro proprietário da casa e contou com a presença da vereadora da Câmara de Lisboa e ex-presidente da Ordem dos Arquitectos, Helena Roseta.

A historiadora Cátia Mourão, uma das participantes centrais na sessão, é autora de um trabalho de investigação centrado num vitral de Almada Negreiros, 'Eros e Psique', já retirado da casa e presente-mente no Museu da Assembleia da República. A moradia da Rua da Alcolena sofreu já vários desmantelamentos ao longo do tempo «na sequência das sucessivas arrematações por diversos proprietários», refere a investigadora.

O imóvel estava recheado de outras obras, entre as quais uma tapeçaria concebida por Sara Afonso, pinturas a óleo de Almada Negreiros e Henrique Viana, painéis de azulejos e o vitral de Almada. Como explica a historiadora, foi dotado de «admirável unidade simbiótica entre as diferentes expressões plásticas (vitral, azulejo, escultura e cerâmica) reunidas, desde os projectos iniciais, numa arquitectura modernista única, de fruição privada, duplamente funcional e estética, racional e emotiva, que permite uma interessante abordagem do ponto de vista da psicologia da habitação». Leonor Cintra Gomes, presidente do Conselho Directivo Regional do Sul (CDRS), referiu que a sessão – para a qual foram ainda convidados o arquitecto Michel Toussaint e o fotógrafo Paulo Cintra, autor de um levantamento fotográfico do imóvel – foi organizada na sequência de tomadas públicas de posição da Ordem e se destinava a explicitar os motivos pelos quais se considera «essencial» a manutenção dos painéis no local e a preservação da casa tal como foi construída. A Ordem, afirmou, «foi alertada para o facto de a casa estar a ser demolida a 19 de Fevereiro» tendo questionado a Câmara sobre o processo de licenciamento.

O vereador Manuel Salgado respondeu à Ordem que o departamento jurídico está a avaliar «a eficácia da classificação como valor concelhio após a venda em separado da moradia, mantendo o vendedor a propriedade dos azulejos». Recorde-se que a casa integra o Inventário Municipal do Património e está em zona de protecção especial, carecendo qualquer alteração da autorização do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR). Apesar disso já houve remoção de azulejos, uma tarefa interrompida pela polícia municipal e pelo embargo entretanto decretado. Manuel Salgado acrescenta que o «município propôs ao proprietário dos painéis que os azulejos já retirados ficassem à guarda do Museu da Cidade para avaliação do estado de conservação e garantia de segurança» não tendo obtido resposta. Também o IGESPAR não deu qualquer parecer.

O projectista das alterações à Casa da Alcolena, que implicam a sua total demolição, João Massapi-



© Paulo Cintra

na, declinou um convite do CDRS para participar. Mas enviou uma nota escrita, assinada conjuntamente com Vasco Massapina e Pedro Vaz, lida durante a sessão. O projecto para um pedido de construção nova foi feito em nome da Sociedade de Investimentos Dominiais e deu entrada na autarquia lisboeta a 29 de Janeiro deste ano.

Os signatários consideram que «o direito de propriedade e o sistema jurídico-administrativo-financeiro português condicionam (...) a decisão a tomar relativamente à intervenção num edifício existente independentemente do seu valor e [condicionam] o exercício profissional em Portugal». Acrescentam que continuam «a desenvolver soluções para a Rua da Alcolena».

Acasa da Rua da Alcolena foi objecto de um pedido de demolição feito à Câmara Municipal de Lisboa para construção de uma nova moradia apesar de ostentar um conjunto de painéis do pintor Almada Negreiros e de, no seu conjunto, ser considerada uma obra importante do Movimento Moderno, representativa da arquitectura portuguesa do século XX.

Foi com estes argumentos que a Ordem dos Arquitectos solicitou à Câmara de Lisboa, no final de Fevereiro passado, a abertura do processo de classificação do imóvel e que organizou uma petição on-line em que se sustenta que a casa projectada por António Varela «deve ser preservada na íntegra porque a destruição do todo ou de partes com a remoção de murais põe em causa a integridade da obra».

A Ordem refere-se à solução arquitectónica de António Varela para colocar uma moradia de três pisos numa cota mais elevada do que a do arruamento, cujo terreno foi moldado de modo a acolher a casa: «Sustenta-se numa implantação que recorre a um alçado principal afastado do eixo da rua, ficando emoldurada por um jardim». A habitação «revela uma orgânica racional: cave destinada aos serviços de pessoal doméstico, arrumos e instalação de equipamento de aquecimento; no piso térreo, as dependências destinadas a zonas de recepção, estar, refeições, fruição de espaço; e o primeiro piso, destinado ao repouso e recolhimento dos proprietários».

A Ordem dos Arquitectos chama a atenção para o facto de a casa da Rua da Alcolena estar «integrada no bairro da Encosta da Ajuda, vulgarmente designado por Bairro do Restelo, desenhado por Faria da Costa entre 1938 e 1940 no espírito da cidade-jardim howardiana [referência às ideias de Ebenezer Howard para o movimento das Cidades-Jardins na Inglaterra, uma tentativa de criar uma entidade que incluíse cidade e campo] [sendo] testemunho das primeiras obras filiadas nos princípios da arquitectura do Movimento Moderno». Sobre António Varela, recordam-no como «um resistente modernista, que desenvolve com assumido radicalismo um volume puro, cúbico, afirmativamente colocado no alto do terreno, desmaterializado através do jogo de vazios, de avanços e recuos dos planos de fachada, com rigorosa geometria plasticamente trabalhada, onde surgem extensos painéis de azulejo da autoria de Almada Negreiros, coerentes testemunhos das pesquisas sobre o número e os traçados geométricos que o pintor vinha investigando».

O arquitecto Michel Toussaint foi dos primeiros especialistas a alertar para a situação da casa, em textos publicados no sítio da Internet da OA-SRS e na imprensa generalista. Michel Toussaint relembra, a propósito do enquadramento da casa de António Varela, que ela está numa área, «sobretudo habitacional [que é] resultado do labor de muitos eminentes arquitectos que trabalharam em meados do século XX, nomeadamente nessas grandes moradias encomendadas por gente de generosa capacidade financeira, que fizeram do Restelo um local privilegiado para morar em Lisboa, produzindo um conjunto de excelentes exemplos da arquitectura portuguesa moderna». Diz ainda que «como em outros exemplos, os painéis foram concebidos para locais precisos e em íntima integração com a concepção arquitectónica. Para além disso a sua abundância, extensão e significado tornam este exemplo excepcional na obra do artista [Almada]. A sua retirada é assim um atentado ao todo original e uma perda de testemunho, do renascimento do azulejo na obra arquitectónica em meados do século XX».

Michel Toussaint afirma que António Varela fez um programa «mais complexo e exigente que o habitual, estando atento aos particulares interesses de quem iria lá morar e projectando até aos mais cuidados pormenores».

Entre esses pormenores está um projecto específico de jardim com intervenções plásticas. «Gravada num revestimento em pedra está uma citação do poeta Paul Éluard e sob ela a assinatura do arquitecto, datada de 10 de Fevereiro de 1954, data de aniversário do filho e ano de inauguração da casa». Até ao fecho desta edição do Boletim Arquitectos a petição na Internet a favor da preservação da casa do Restelo tinha reunido 4 300 assinaturas. A última informação sobre a casa dava conta de que uma proposta de classificação como Imóvel de Interesse Municipal do Movimento Cidadãos por Lisboa (MCL) tinha sido aprovada pela Câmara Municipal, com os votos das vereadoras Helena Roseta e Manuela Júdice, do MCL, dos vereadores do PCP, Ruben de Carvalho e Rita Magrinho, e com a abstenção dos vereadores das restantes forças políticas.

LISBOA, UMA HISTÓRIA CHEIA DE HISTÓRIAS E «PLANOS» A 19 DE MARÇO, NA SEDE NACIONAL DA ORDEM, O PROFESSOR JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA PARTICIPOU NUMA «CONVERSA À VOLTA DE LISBOA» COM NUNO TEOTÓNIO PEREIRA E ANA TOSTÕES

A conversa foi inaugurada pela arquitecta Ana Tostões que referiu a oportunidade do lançamento de *Lisboa, História física e moral*, no final de 2008, da autoria do Professor Doutor José-Augusto França, Membro Honorário da Ordem dos Arquitectos desde o último Dia Mundial da Arquitectura.

Na apresentação do «lisboeta» José-Augusto França (1922), Ana Tostões sublinhou a sua importância na cultura portuguesa, com uma actividade multifacetada de historiador e sociólogo da arte, professor, ensaísta, crítico de artes plásticas e cinema, escritor ligado a vários movimentos artísticos e literários e autor de uma vastíssima e importante obra.

«Foi ele quem, pioneiramente, chamou a atenção, com responsabilidade científica e dimensão internacional, para a excelência e inovação do Plano de Reconstrução da Baixa de Pombal. De facto, a historiografia portuguesa só nos anos 60 do século XX atribuiu a devida importância ao fenómeno cultural "Baixa Pombalina" com o trabalho *Une Ville des Lumières: La Lisbonne de Pombal* (França, 1963), texto fundador da história da arte em Portugal que situa com segurança a valia urbanística do Plano de 1758. Em 1959, com bolsa do Governo francês, instala-se em Paris onde prepara, com o historiador e crítico de Arte Pierre Francastel (1900-1970), o doutoramento em História que conclui em 1962 com uma tese sobre *La Lisbonne de Pombal* (publicada em francês, italiano e português). No ano seguinte, obtém o Diploma de Sociologia da Arte com a dissertação *L'Art et la Société Portugaise au XXe Siècle* e, em 1969, o título de Doutor de Estado em Letras e Ciências Humanas na Sorbonne (com *Le Romantisme au Portugal*, tese publicada em francês e português). Com estes trabalhos-charneira da historiografia portuguesa, desenvolve uma obra de pesquisa original e de síntese, abordando temas nunca até então tratados e apresentando outros de maneira metodologicamente nova.»

A sua recente história da vida de Lisboa é uma obra «vivíssima, lúdica, estimulante» e convida a vê-la como um filme, com a sua alternância de «"grandes planos", momentos históricos precisos, e de "planos de conjunto", sempre apoiados num discurso erudito mas acessível, elegante e bem-humorado mas rigoroso».

A sinopse da obra, disponível na página Internet do editor, confirma a ideia do filme, da conjugação de planos que permite uma compreensão total, «unifica as visões fragmentárias sobre Lisboa a partir do comportamento, vaidades e devoções dos lisboetas. (...) O discurso histórico é conduzido num plano geral, atento ao urbanismo e à arquitectura, com o inventário necessário, e às práticas políticas, sociais e culturais. As partes "física" e "moral" da cidade, no seu todo.»

Na abertura do livro, o autor convida os leitores a uma reflexão, «deve sempre pôr-se em questão a própria cidade – como o é, para que o é. E se o é. Antes de contar a história de Lisboa, fica bem perguntá-lo». Introduzindo a dúvida sobre a consistência da personagem principal do filme, a cidade de Lisboa, «[onde] os lisboetas foram e vão vivendo a sua mansa continuidade, com benefício do clima – e do Tejo, da sua necessidade de transporte e de recuperada ecologia, se o for, numa sociedade de consumo, mais físico e financeiro que moral», o autor invoca as ruas, as casas e as gentes para lhe trazerem espessura, solidez, firmeza, substância e uma coerência possível.

«Intitula-se "História Física e Moral" esta História de Lisboa – e assim creó o autor que devem ser as histórias de todas as cidades, feitas de ruas e casas, tanto quanto de gentes que as percorrem e habitam. As pedras mortas, que se acumulam por protecção, e as vivas, que lhes dão sentido e necessidade, devem ser correlativas, para que a cidade exista em sua coerência. No tempo que a atravessa, os homens afeiçoam-se em engenhos e intrigas, procuram a felicidade possível, comportam-se, em suma, como seres humanos, bons e maus, ou nem isso, em seus costumes que os séculos mudam em morais e modas. E constroem por comodidade e lucro, por vaidade também, e devoção, quando foi caso disso; por necessidade de criação, nos mais nobres casos».

Na sequência da exposição do autor sobre a estrutura do livro/filme, pontuada por pequenos episódios em "grande plano", o arquitecto Nuno Teotónio Pereira partilhou o seu "espanto" com os numerosos presentes na conversa perante as «850 páginas de informação rigorosa e fascinante, que nos levam do Paleolítico à Expo'98, unindo o urbanismo e a economia à política e à cultura», e indicou, porque assim lhe tinha sido pedido, dois ou três discretos erros de casting. www.livroshorizonte.pt/noticia_detalle.php?idArtigo=29



© Pedro Soares

CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL 22.ª REUNIÃO

O Conselho Directivo Nacional (CDN) reuniu, pela 22.ª vez, no passado dia 18 de Março. Entre a agenda da ordem de trabalhos destaca-se:

- Aprovação do Relatório de Actividades dos Órgãos Nacionais de 2008;
- Aprovação do Plano de Actividades dos Órgãos Nacionais para 2009;
- Aprovação do Relatório e Contas do exercício de 2007;
- Aprovação da Proposta para Auditoria aos Exercícios de 2008 e 2009;
- Aprovação do Regulamento de Quotas da OA;
- Aprovação do Regulamento que aprova o Estatuto de Membro Extraordinário da OA;
- Aprovação da Proposta a partir do Parecer sobre Tabela de honorários;
- Aprovação da denúncia junto do Ministério Público e simultaneamente ao Provedor da Justiça e Parecer Técnico sobre o «Concurso Público p/ a elaboração do projecto de execução do loteamento e três Edifícios do Parque de Ciência e Tecnologia de Vila Real»;
- Aprovação do representante da OA na Comissão de Acompanhamento de aplicação do regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios (SCIE);
- Informação sobre Parecer da OA à proposta de formulário de caderno de encargos relativo aos contratos e empreitada de obras públicas.

PROJECTO DE DOIS REGULAMENTOS EM APRECIÇÃO PÚBLICA ATÉ 8 DE MAIO

Os projectos do Regulamento de Quotas e do Regulamento que aprova o estatuto de Membro Extraordinário foram disponibilizados na página Internet do CDN (www.arquitectos.pt) no dia 25 de Março.

Nos termos dos artigos 117.º e 118.º do Código de Procedimento Administrativo são submetidos à apreciação dos Membros da Ordem dos Arquitectos, que poderão pronunciar-se sobre os mesmos até ao dia 8 de Maio de 2009 através do e-mail regulamentos@ordemdosarquitectos.pt

SOBRE A ADMISSIBILIDADE DE A ORDEM FIXAR UMA TABELA DE HONORÁRIOS INFORMAÇÃO JURÍDICA

O Conselho Directivo Nacional (CDN) solicitou parecer ao seu assessor jurídico sobre a admissibilidade de a Ordem dos Arquitectos proceder à fixação de uma tabela de honorários ou de elaborar um estudo sobre os honorários praticados em média pelos associados.

O parecer dos juristas conclui:

«(...) Somos de parecer que **não pode a Ordem dos Arquitectos publicar uma tabela de honorários** de referência para o cálculo dos valores relativos à prestação de serviços de elaboração de estudos e projectos, quer por referência ao número de horas, quer por referência a qualquer outro critério, nem pode elaborar ou divulgar estudos sobre a formação de preços/honorários dos seus associados ou um estudo comparativo sobre os honorários praticados pelos arquitectos, sob pena de a Ordem dos Arquitectos vir a ser condenada pela Autoridade da Concorrência nacional ou pelas instituições comunitárias no pagamento de uma coima e compelida a publicitar tal condenação junto dos seus associados.»

A questão tem sido abordada quer pela jurisprudência comunitária quer pela jurisprudência nacional:

* Do ponto de vista do direito comunitário, trata-se de uma prática restritiva da livre prestação de serviços e da concorrência. Atento o primado do direito comunitário sobre o direito nacional, qualquer norma emitida pela Ordem dos Arquitectos que aprove uma tabela de honorários, ainda que meramente indicativa, ou a simples publicação de um estudo comparativo dos honorários praticados pelos seus profissionais constituirá uma violação do direito comunitário, nomeadamente dos artigos 81.º e 82.º do Tratado da Comunidade Europeia.

* No direito nacional, é entendimento pacífico da Autoridade da Concorrência, e confirmada pelos tribunais comuns, que a fixação de uma tabela de honorários por parte de uma associação pública profissional, seja por fixação de preços mínimos, seja de preços máximos, constitui uma prática restritiva da concorrência por violação não só dos artigos 81.º e 82.º do tratado da Comunidade Europeia, como também por violação do artigo 4.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, que aprovou o novo regime jurídico da concorrência.

Em face do parecer do seu assessor jurídico, o CDN deliberou que a Ordem dos Arquitectos adopta este entendimento sobre a matéria – não fixar qualquer tabela de honorários – e deu conhecimento do parecer ao Conselho Nacional de Delegados (em reunião de 20 de Março) e à Assembleia Geral reunida a 26 de Março na sede nacional.

versão integral do parecer em www.arquitectos.pt/documentos/1237808242P5cMK1ow55d08JY0.pdf

DIPLOMAS EM ARQUITECTURA E QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

A ORDEM DOS ARQUITECTOS TEM VINDO A DESENVOLVER UM CONJUNTO DE ACÇÕES E INICIATIVAS JUNTO DAS ESTRUTURAS RELACIONADAS COM AS QUALIFICAÇÕES ACADÉMICAS E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL, CONCRETIZANDO OBJECTIVOS DE PRESENÇA E INTERVENÇÃO AFIRMATIVAS NESTAS ÁREAS.

■ Em Janeiro, a OA passou a integrar o Conselho Consultivo da Agência para a Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, entidade «que visa a promoção da qualidade do ensino superior, designadamente através dos procedimentos de avaliação e de acreditação dos estabelecimentos de ensino superior e dos seus ciclos de estudos, bem como o desempenho das funções inerentes à inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior» no qual se «reconhece o papel fundamental das Ordens» como referido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

■ Para debater um conjunto de aspectos relacionados com as escolas de arquitectura e a admissão, a OA reuniu no passado dia 17 de Fevereiro com o Director Geral do Ensino Superior. Na perspectiva de uma colaboração contínua sobre maté-

rias de interesse comum ou sobre as quais incidem as responsabilidades estatutárias da Ordem, foi acordada a criação de um contacto permanente com a DGES, no sentido de serem identificadas em tempo útil as situações que possam requerer intervenção da OA.

■ Por nomeação do Conselho Directivo Nacional, o Presidente do Conselho Nacional de Admissão tem coordenado a participação da OA no grupo de trabalho para a transposição da Directiva Qualificações (Directiva 2005/36/CE) e nas acções decorrentes da aplicação da legislação europeia à formação em arquitectura. Neste âmbito, a OA esteve representada na reunião dos Coordenadores Nacionais, que decorreu em Bruxelas a 26 de Janeiro, participando nos trabalhos relacionados com a definição das qualificações profissionais

exigidas para o exercício da profissão de arquitecto e com a inscrição dos diplomas europeus no anexo à referida Directiva. A intervenção da OA decorre da sua qualidade de Autoridade Competente para a Arquitectura, conforme reconhecido pela Comissão Europeia.

■ Na sequência desta reunião, o representante da OA deverá ser indicado para integrar o subgrupo especificamente criado para a Avaliação dos Diplomas Europeus em Arquitectura.

A Ordem dos Arquitectos procura, através da sua presença activa nestas estruturas, acentuar o seu papel nas áreas da formação académica e da definição das competências profissionais.

VÍTOR CARVALHO ARAÚJO

PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE ADMISSÃO

AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR A ORDEM DOS ARQUITECTOS INTEGRA CONSELHO CONSULTIVO

A Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior foi criada através da Lei n.º 38/07, de 16 de Agosto, com o objectivo de realizar a avaliação de todos os estabelecimentos de ensino superior e de todos os seus ciclos de estudos no quadro do sistema europeu de garantia da qualidade no ensino superior. Como membro do Conselho Consultivo da Agência, a Ordem dos Arquitectos participou na primeira reunião de trabalho deste órgão, agendada para uma audição das posições das diferentes autoridades competentes em relação ao novo sistema de acreditação e à sua implementação.

Representada pelo Presidente do Conselho Nacional de Admissão, a Ordem dos Arquitectos transmitiu a sua disponibilidade e interesse numa participação efectiva nos trabalhos da Agência, tendo sublinhado que esta é uma área determinante da sua actuação, decorrente das atribuições e responsabilidades estatutárias na «defesa e promoção da arquitectura» (alínea a do Artigo 3.º do Estatuto da Ordem dos Arquitectos), na colaboração «com escolas, faculdades e outras instituições em iniciativas que visem a formação do arquitecto» (alínea j) e no acompanhamento «do ensino da arquitectura» (alínea o).

A Ordem dos Arquitectos sublinhou junto da Agência que, em paralelo com outras iniciativas, a sua intervenção será orientada no sentido de procurar garantir os requisitos de rigor e qualidade na formação em arquitectura que entende adequados e necessários. Foi ainda referido que a OA entende a sua participação nos processos de avaliação e acreditação do ensino da arquitectura em articulação com a sua presença como Autoridade Competente nas estruturas da Comissão Europeia que têm a seu cargo a avaliação dos cursos de arquitectura de todos os estados-membros. VCA

DIRECTIVA «QUALIFICAÇÕES» 2005/36/CE

A ORDEM DOS ARQUITECTOS NO GRUPO DE PERITOS PARA A AVALIAÇÃO E REGISTO DOS DIPLOMAS EUROPEUS DE ARQUITECTURA

Decorreu em Bruxelas, em Março, a primeira reunião do grupo de peritos nomeados para a avaliação dos diplomas em arquitectura, no âmbito da Coordenação para o Reconhecimento das Qualificações Profissionais, tutelada pela Comissão Europeia. O grupo de peritos tem a seu cargo a avaliação dos cursos de arquitectura que se candidatam a uma eventual inscrição no Anexo da Directiva Europeia relativa às Qualificações Profissionais (Directiva 2005/36/CE).

A Ordem dos Arquitectos, representada pelo Presidente do Conselho Nacional de Admissão, tomou posição relativamente às avaliações em curso, sublinhando a necessidade de serem garantidos os níveis e as áreas de formação previstos no articulado da referida Directiva e de serem clarificadas as exigências de prévia experiência profissional orientada, determinadas pelos estados-membros e pelas respectivas Ordens.

Ao integrar este grupo de peritos – e considerando as particularidades da metodologia de avaliação aprovada nesta reunião – a OA assume um papel

determinante na articulação com os órgãos do governo e com as escolas de arquitectura, atendendo à necessidade e à importância do registo dos diplomas nacionais no Anexo à Directiva Europeia (refira-se que apenas um mesurado integrado se encontra em avaliação, sendo omissa a posição das restantes escolas portuguesas).VCA

DIRECTIVA «SERVIÇOS» 2006/123/CE

A ORDEM DOS ARQUITECTOS É A AUTORIDADE COMPETENTE NO SISTEMA EUROPEU DE INFORMAÇÃO DO MERCADO INTERNO

No quadro da transposição da Directiva Europeia que regulamenta a livre circulação de profissionais (Directiva 2006/123/CE), a Ordem tem participado em diferentes acções relacionadas com a entrada em vigor deste Diploma, agendada para o início de 2010. Como Autoridade Competente Nacional, a OA tem a responsabilidade de analisar os dados relativos aos cidadãos europeus não nacionais que pretendam exercer a profissão em território português e de colaborar com as suas congéneres europeias no sentido de apoiar os arquitectos portugueses que queiram desenvolver a sua actividade profissional num estado membro da União Europeia.

Definida no quadro das profissões regulamentadas, a prestação de serviços de arquitectura foi incluída no grupo restrito das «profissões-piloto» que aplicam já durante o ano de 2009, em regime experimental, os procedimentos de livre circulação previstos na Directiva. Com vista à análise da legislação e à identificação dos mecanismos a implementar, a OA participou recentemente em reuniões de trabalho com a Comissão Europeia, com o Ministério da Economia e da Inovação e com a Agência para a Modernização Administrativa. Desde Janeiro, a Ordem dos Arquitectos passou a integrar o Sistema de Informação do Mercado Interno (IMI), rede europeia de acesso e prestação de informações, que permite o cruzamento de dados necessários ao cumprimento das políticas de abertura dos mercados de prestação de serviços.

Coordenado pelo Conselho Nacional de Admissão, o envolvimento da Ordem nos sistemas nacionais e europeus que relacionam as Autoridades Competentes dos estados-membros, tem garantido o acompanhamento permanente do processo, com o objectivo de assegurar adequadas condições de equidade na defesa dos arquitectos e da arquitectura, quer nas situações de prestação de serviços de arquitectos nacionais em qualquer país europeu, quer nos cenários inversos – com natural tendência de ampliação –, em que arquitectos de toda a Europa procuram exercer a profissão em Portugal.

A Ordem dos Arquitectos assume assim um papel activo na política europeia de qualificação dos serviços, ao programar a aplicação do direito comunitário às áreas que directa e estatutariamente a envolvem, e ao antecipar, de modo sustentado, os actos necessários do Estatuto e do Regulamento de Inscrição, para que estes se articulem com as alterações legislativas a que o Estado Português está obrigado por via do Tratado Europeu e que decorrem da transposição da Directiva Serviços. VCA

Vitor Carvalho Araújo é Presidente do Conselho Nacional de Admissão (eleito para o triénio 2008-2010).

Foi nomeado pelo Conselho Directivo Nacional para acompanhar as transposições para o Direito nacional das Directivas europeias relativas ao reconhecimento das qualificações profissionais e à prestação de serviços dentro da União Europeia. É também o representante da Ordem dos Arquitectos no Conselho Consultivo da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

A DECORRER

PRÉMIO 3E – MELHOR STAND
EXPONOR 08/09

Estão abertas as candidaturas à atribuição do Prémio 3E – Exponor Espaços Expositivos | Melhor Stand Exponor 08/09, no âmbito das próximas feiras a realizar pela Exponor:

2 > 6 SETEMBRO
CERANOR
23 > 27 SETEMBRO
PORTOJOIA
20 > 24 OUTUBRO
CONCRETA
4 > 6 NOVEMBRO
LOGÍSTICA GLOBAL
26 > 29 NOVEMBRO
VIDA NATURA

Mais informações e consulta do regulamento do Prémio em www.premio3E.exponor.pt

PRÉMIO MUNICIPAL DE
ARQUITECTURA DE MAFRA
PRÉMIOS A 21 MAIO

A Câmara Municipal de Mafra (CMMafra) convidou a OA-SRS a associar-se à 1.ª edição do seu Prémio Municipal de Arquitectura, «*promovendo o reconhecimento público de uma cultura arquitectónica que contribua para a construção de um ambiente urbano moderno e plenamente usufruído por residentes e visitantes*».

Este concurso anual prevê a possibilidade de se candidatarem entidades públicas ou privadas bem com autores de projectos de arquitectura e contempla as categorias «Edifícios novos» e «Edifícios Recuperados». O júri do Prémio contou, na sua constituição, com o Presidente da Câmara Municipal, um membro designado pela Assembleia Municipal de Mafra e três arquitectos, um designado pela CMMafra, outro designado pela OA-SRS e outro, convidado pela autarquia.

Para cada uma das duas secções será atribuído um prémio pecuniário de €2 500, podendo ser ainda atribuídas Menções Honrosas, até ao máximo de duas por secção.

A entrega dos Prémios terá lugar no Feriado Municipal – este ano a 21 de Maio – organizando-se uma exposição em que serão apresentadas todas as candidaturas admitidas.

EM PREPARAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO
PARA A “REFUNCIONALIZAÇÃO
DE EDIFÍCIO E ESTRATÉGIA
EXPOSITIVA RELATIVA À
INSTALAÇÃO FERNÃO
MAGALHÃES”

Concurso de concepção, promovido pela Câmara Municipal de Sabrosa, com a Assessoria Técnica da OA-SRN. Mais informações serão oportunamente comunicadas através dos meios de divulgação da OA-SRN.

Mais informações em www.oasmn.org > Concursos

CONCURSO DE CONCEPÇÃO PARA
ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE
LOTEAMENTO URBANO E DOS
PROJECTOS DE URBANIZAÇÃO
NO ÂMBITO DA UNIDADE DE
EXECUÇÃO DA UOPG 1 – AVENIDA
DE NUN’ ÁLVARES

Concursos de concepção, promovido pela Câmara Municipal do Porto, com a Assessoria Técnica da OA-SRN.

Mais informações serão oportunamente comunicadas através dos meios de divulgação da OA-SRN.

Mais informações em www.oasmn.org > Concursos

ARQUITECTAR '09

Segunda edição do Prémio SQUARE, Arquitecto Revelação, com assessoria técnica dos Serviços de Concursos da OA-SRS.

«Arquitectar» é uma iniciativa da Square Imobiliária, em parceria com o Jornal Público, o Banco Espírito Santo e a Home Energy, que conta com o apoio das revistas Arq/a e Vida Imobiliária como *media partners*.

O tema deste ano deve obedecer ao mote “Moradia Unifamiliar – com vista para o rio ou mar” – recorrendo a energias renováveis. Este prémio destina-se a talentos na área da arquitectura em Portugal e visa premiar os projectos que se destaquem pela sua qualidade conceptual e criativa, e que sejam concretizáveis. A calendarização, regulamento, prémios e júri deste prémio de temática “verde” serão divulgados no website da entidade promotora e *website* da OA-SRS.

CONCURSO PÚBLICO DE
CONCEPÇÃO PARA A
REQUALIFICAÇÃO DOS MOINHOS
DAS RIBEIRAS DE ALFERREIRA E
BARROCAS

Com assessoria técnica dos Serviços de Concursos da OA-SRS. O Concelho de Gavião, no distrito de Portalegre, é caracterizado por um vasto e rico património natural e paisagístico, definido pelo rio Tejo e por algumas ribeiras.

Numa destas ribeiras, afluente do Tejo, a ribeira de Alferreira, e numa sua afluente, a ribeira das Barrocas, existe um conjunto de 20 moinhos de água que testemunham o modo de vida das populações desta região até meados do século passado.

Com o concurso de ideias pretende o município a apresentação de propostas (ao nível de Programa base) que defendam a preservação deste conjunto de moinhos, construídos em blocos de granito e xisto, promovendo a sua recuperação, mantendo presente os processos construtivos que lhes deram origem e consequente dinamização turística.

Espera-se, pois, definir a melhor estratégia de intervenção possível num quadro de recuperação do património existente aliado a uma oferta de turismo cultural e de lazer, privilegiando a ligação à povoação de Atalaia.

CONCURSO PÚBLICO DE
CONCEPÇÃO PARA A
ELABORAÇÃO DO PROJECTO
DE REMODELAÇÃO DO MUSEU
MUNICIPAL DO FUNCHAL
(HISTÓRIA NATURAL)

Com assessoria técnica dos Serviços de Concursos da OA-SRS. O anterior Concurso, Limitado, foi anulado.

O futuro Concurso, a ser lançado pelo Município do Funchal, será um Concurso Público de Concepção e tem por objecto seleccionar a melhor proposta de solução – ao nível do Estudo Prévio – para a elaboração do Projecto de remodelação do Museu Municipal do Funchal.

O Museu abriu ao público em 1935, com um projecto museológico clássico, típico dos Museus de História Natural dos finais do séc. XIX e que se manteve praticamente inalterado até aos dias de hoje. A distribuição dos espécimes esteve sempre condicionada aos espaços disponíveis, criando algumas incoerências.

Com as saídas do Arquivo Regional da Madeira, da Biblioteca Municipal do Funchal e da Divisão de Educação, o Palácio de S. Pedro ficará inteiramente disponível para o Museu, que actualmente recebe cerca de 15.000 visitantes por ano, sendo o Museu mais visitado a nível Regional.

Com vista a dar satisfação a um público cada vez mais exigente, impõe-se assim um novo projecto museológico que relance o Museu de História Natural do Funchal.

EUROPAN 10
INVENTING URBANITY
SECRETÁRIO DE ESTADO ACREDITA
NA DINAMIZAÇÃO DO MERCADO DE
IDEIAS E PROJECTOS PARA A CIDADE

APRESENTAÇÃO DOS SÍTIOS

A apresentação dos sítios em Portugal teve lugar no dia 31 de Março, no auditório da sede nacional da Ordem dos Arquitectos.

Paulo Fonseca, Manuel Salgado e João Rocha, respectivamente representantes dos promotores Cascais-Cabreiro, Lisboa-Campo Grande e Invesfer-Entroncamento apresentaram os locais nacionais a uma plateia atenta, que aproveitou a ocasião para colocar questões, também sobre o regulamento do Concurso.

O Secretário-Geral da European Portugal, Pedro Brandão, explicou a iniciativa e o Presidente, Nuno Portas, falou da temática, percurso, objectivos e expectativas para esta 10.ª edição, a sexta em que Portugal participa. O protocolo de participação da Câmara Municipal de Cascais foi então assinado pelo Presidente da autarquia, António D'Orey Capucho. Entre sócios da European Portugal e outros convidados, destacam-se as presenças e participação da Vice-Presidente da OA, Ana Tostões, do Presidente do IHRU, Nuno Vasconcelos, do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, João Ferrão, representantes das CCDR de Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo, Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento e membros do Júri.



VISITAS ACOMPANHADAS AOS SÍTIOS

No início de Abril realizaram-se as primeiras visitas aos locais nacionais. Caso tenha deixado passar a oportunidade, é ainda possível acompanhar as segundas visitas, agendadas para:

5 MAIO, 14,30H INVESFER – ENTRONCAMENTO

Ponto de Encontro: porta da estação de caminhos-de-ferro do Entroncamento, na Rua D. Afonso Henriques.

4 MAIO, 14,30H CASCAIS – CABREIRO

Ponto de Encontro: entrada da povoação do Cabreiro, imediatamente após passar a vedação do lado Norte da obra do Hospital.

7 MAIO, 15H LISBOA – CAMPO GRANDE

Ponto de Encontro: edifício da Câmara Municipal de Lisboa (Urbanismo) – Campo Grande, 25.

Não é necessário inscrever-se para as visitas.

Basta aparecer a horas no ponto de encontro.

AS INSCRIÇÕES NO CONCURSO E10 FECHAM A 29 DE MAIO.

TODAS AS INFORMAÇÕES EM WWW.EUROPAN-EUROPE.COM

LEGISLAÇÃO
INDÚSTRIA
DECRETO-LEI
N.º 72/2009,
DE 31 DE MARÇO

Estabelece o regime jurídico de instalação e exploração das áreas de localização empresarial e revoga o Decreto-Lei n.º 70/2003, de 10 de Abril.

O diploma está já inserido no tema 'Indústria – Disposições legais' da compilação de legislação que o serviço de apoio à prática profissional da OA-SRN, disponibiliza na sua página. Este serviço dispõe ainda de um formulário electrónico onde os membros da OA podem solicitar esclarecimentos.

ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO
DECRETO-LEI
N.º 73/2009,
DE 31 DE MARÇO

Aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional e revoga o Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho.

O diploma está já inserido no tema 'Ordenamento do Território – Normas legais sobre utilização do solo-regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional', da compilação de legislação que o serviço de apoio à prática profissional da OA-SRN, disponibiliza na sua página. Este serviço dispõe ainda de um formulário electrónico onde os membros da OA podem solicitar esclarecimentos.

BYPASS #1

Uma nova publicação «hiperdisciplinar» dedica o seu número inaugural à Arquitectura. O lançamento acontece no dia 30 de Maio.

ByPass

Editores – Gáelle Silva Marques e Álvaro Seiga Neves
Design Gráfico – Gonçalo Viegas e Ricardo Miranda
periodicidade anual
formato A5, 300 páginas, €18



BYPASS – Associação Cultural
Rua Carlos da Maia 27- 5.º Esq.º,
1350-065 Lisboa
Tel. 213 869 397
info@bypass.pt
www.bypass.pt

3 MAIO EXPOSIÇÃO EDIFÍCIOS SUSTENTÁVEIS GREEN BUILDINGS

Museu da Água de Coimbra,
Parque Dr. Manuel Braga (Parque
da Cidade)
Terça a domingo, 10-13h/14-18h
www.museudaagua.com

3 MAIO
EM TRÂNSITO #025
CONFERÊNCIA DE
GESINE WEINMILLER
Casa da Música, Sala 2, Porto, 22h
Preço: €3
www.oasrn.org > *Cultura*

4 MAIO
PRÉMIO FERNANDO TÁVORA
– 4ª EDIÇÃO
ANÚNCIO DO VENCEDOR
Salão Nobre da Câmara Municipal
de Matosinhos, 22h
Entrada Livre
www.oasrn.org > *Prémio Fernando Távora*

7 MAIO FÓRUM A CIDADE ACESSÍVEL E RESPONSABILIDADES

Auditório da Ordem dos
Engenheiros, Rua Rodrigues
Sampaio 123, Porto
No Fórum, organizado pela
Provedoria Metropolitana dos
Cidadãos com Deficiência da Área
Metropolitana do Porto, em
parceria com a OA-SRN, o Conselho
Distrital do Porto da Ordem dos
Advogados e a Ordem dos
Engenheiros – Região Norte, serão
debatidos temas relacionados com
a acessibilidade ao espaço
edificado e a responsabilidade
técnica e serão apresentados
alguns exemplos de boas práticas já
construídas.
Inscrição obrigatória.
Mais informações em www.amp.pt

7 > 31 MAIO
SEMINÁRIO E EXPOSIÇÃO **COR**
Exposição na galeria da sede
nacional da Ordem; Travessa do
Carvalho 23, Lisboa, 10-18h
A Associação Portuguesa da Cor
(APCOR) e a OA-SRS organizam uma
exposição sobre o tema da cor (com
inauguração a 7 de Maio, às 19h) e
um seminário com quatro sessões
na Faculdade de Arquitectura da
Universidade Técnica de Lisboa
(FAUTL), entre as 17 e as 19h30:

8 MAIO
COR NA PAISAGEM
E NO ESPAÇO URBANO
15 MAIO
COR NA ARQUITECTURA
22 MAIO
COR NO DESIGN
29 MAIO
COR NA INVESTIGAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

A exposição contará com a divulgação
de trabalhos e investigações
efectuadas por associados da APCOR,
provenientes de diversas áreas de
actividade profissional. Os trabalhos
serão divididos por grupos de
interesse e de estudo da Cor com
especial ênfase na sua aplicação na
paisagem e no espaço urbano, na
arquitectura, no design e na
investigação.
A APCOR (www.apcor.org) é membro
da Associação Internacional da Cor
e foi fundada por um grupo de

investigadores intervenientes no
‘mestrado na cor em arquitectura’,
leccionado em 2003 na FAUTL, onde
tem a sua sede.
Parte significativa destes
investigadores prossegue a sua
actividade científica integrada
no Laboratório da Cor, estrutura
de investigação multidisciplinar
da FAUTL.

A APCOR, segundo referem os seus
responsáveis, privilegia a
componente científica,
indispensável à pesquisa em áreas
relevantes do conhecimento, como
o estudo da visão e da percepção
das cores na sua inter-relação com
a luz, e na sua aplicação no design,
na arquitectura e na requalificação
e reabilitação do tecido urbano.

Organização da exposição:
Coordenação – Luís Bissau Pereira
e João Nuno Pernão
Colaboradores – Margarida Gamito
e Cristina Pinheiro
Imagem Gráfica: Helena Soares
O Conselho Regional de Admissão Sul
deliberou atribuir um crédito por sessão do
seminário «Cor», perfazendo a presença
nas quatro sessões quatro créditos.



8 MAIO
WHAT ARE YOU DOING? #3
JOSÉ ADRIÃO É O CONVIDADO
Auditório da sede nacional, 19h
Inscrições em wayd@oasrs.org

15 MAIO
A CASA DA VIZINHA...
Auditório da sede nacional, 21h
Mais informações em
www.casadavizinha.eu

18 MAIO
VIAGENS À ARQUITECTURA
DE FRONTEIRA – ÉVORA
DATA LIMITE DE INSCRIÇÃO
11 MAIO

Terceira visita (de um conjunto de
quatro) a obras arquitectónicas,
históricas e contemporâneas,
localizadas nas áreas de fronteira
entre Portugal e Espanha,
organizada pelo Colégio Oficial
de Arquitectos da Estremadura.
O ciclo conta com a colaboração da
Delegação de Portalegre da Ordem
e do Gabinete de Iniciativas
Transfronteiriças e pretende
reforçar as ligações dos elementos
do Colégio da Estremadura com os
arquitectos de Portugal e
aprofundar o conhecimento e
análise da arquitectura
portuguesa.
Participação limitada, sujeita a
inscrição comunicada por telefone
(dias úteis, 9h-13h) ou por e-mail.
Informações
Delegação de Portalegre da Ordem dos
Arquitectos
Tel. 245 919 280
d.portalegre@oasrs.org
Inscrições
Tel. 902 430 630. Fax 924 260 872
dac@coade.org

POR UMA POLÍTICA NACIONAL DA ARQUITECTURA A ACTUALIDADE DAS POLÍTICAS EUROPEIAS DE ARQUITECTURA: 5 EXEMPLOS

27 MAIO (A CONFIRMAR)

Na edição de Março do boletim foi anunciada a intenção da Ordem dos Arquitectos de promover um encontro em Lisboa sobre Políticas nacionais de Arquitectura. A ocasião apresenta-se no final de Maio, na oportunidade da realização de uma reunião regional «Euromed» do Fórum Europeu para as Políticas de Arquitectura (FEPA). O FEPA é uma rede informal de especialistas na área das políticas europeias de arquitectura, que envolve os governos, instituições culturais (Património e Criação) e instituições profissionais de todos os países membros da União Europeia, bem como de outros países europeus. O seu principal objectivo é o de encorajar a troca de ideias e experiências no âmbito da promoção de políticas de arquitectura que advoguem a qualidade edificada, urbana e paisagística, bem como, em termos gerais, a qualidade do ambiente construído na Europa e nos respectivos países. A origem do FEPA remonta a 1998, por ocasião da reunião de Roterdão no âmbito da Presidência Holandesa da União Europeia. Um ano depois, a Presidência Finlandesa, em cooperação com a França, tomou a iniciativa de propor um Fórum durante o Conselho dos Ministros da Cultura, formalizado como Fórum Europeu para as Políticas de Arquitectura no ano 2000, em Paris. Nesta primeira reunião foi aprovada a Resolução sobre a Qualidade Arquitectónica em Ambientes Urbanos e Rurais na Europa, adoptada pelo Conselho de Ministros Europeu em 12 de Fevereiro de 2001 (2001/C73/04). Desde então, as sucessivas Presidências têm contribuído para o desenvolvimento do Fórum e os seus membros reúnem habitualmente duas vezes por ano no país que detém a Presidência da União.

A ACTUALIDADE DE UMA POLÍTICA DE ARQUITECTURA EM PORTUGAL

No dia 11 de Março, o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional convocou uma reunião de debate e reflexão sobre Política Nacional de Arquitectura e Paisagem, prevista no Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) aprovado há cerca de um ano e meio.

Por seu lado, a Ordem dos Arquitectos tem vindo a desafiar o Governo a consagrar uma Política de Arquitectura, sublinhando que será sempre uma política pública que interessa aos cidadãos e que deve apontar um conjunto de princípios, compromissos e responsabilidades do Estado, das Regiões e das Autarquias, tal como dos promotores privados, em prol de um ambiente urbano e um parque construído qualificados. No final da reunião, que contou com a participação de vários especialistas e onde a Ordem esteve representada pelos arquitectos João Belo Rodeia e Jorge Bonito (que desde o início do mandato têm participado em todas as reuniões do FEPA), Francisco Nunes Correia anunciou à Lusa que vai ser «constituído um grupo de trabalho em parceria com o Ministério da Cultura para começar a trabalhar num documento que, de acordo com o “consenso geral” dos arquitectos e arquitectos paisagistas ouvidos pelos Ministérios do Ambiente e da Cultura, deverá ser constituído por “grandes orientações e linhas de acção, deixando muita margem para os decisores” (...)». Para a Ordem dos Arquitectos é importante que o Governo participe com os outros estados da União Europeia no FEPA, onde os estados-membros, cada um com a sua política, concertam princípios orientadores que são depois votados no Conselho da Europa. Qualidade, ambiente, regeneração urbana/sustentabilidade energética/alterações climáticas e educação são os principais pilares em que assentam as orientações decididas no seio da União. «A definição de uma Política Nacional de Arquitectura, documento com características abrangentes que reunirá necessariamente contributos de várias áreas de actuação, deverá, por isso, passar pela adopção de uma ambição estratégica, pelo estabelecimento de alguns objectivos chave e pela concretização de um conjunto de acções concretas que de forma gradual possam ter um reflexo positivo na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, da imagem das nossas áreas urbanas e da gestão dos recursos do país», conclui o relatório da reunião apresentado pela Ordem.

CINCO EXEMPLOS

Com o formato próximo de um *workshop*, a Ordem convidou cinco «colegas» do FEPA para virem apresentar as políticas nacionais de Arquitectura definidas para os seus países, alguns cuja integração na UE é bem mais recente que a de Portugal como é o caso do Eslovénia. Os cinco «casos de estudo» permitem salientar a clara definição que a Política de Arquitectura introduz na determinação de uma «tutela» para a Arquitectura no Governo, ainda que, à semelhança da congregação no FEPA dos três pilares (governo, cultura *latu sensu* e profissão), para ela concorram «várias áreas de actuação». Estão previstas apresentações dos Países Baixos, Eslovénia, Alemanha, Irlanda e França, que abrirão um período de debate para o qual serão convidados os mesmos especialistas, organizações e organismos convocados pelo Ministério do Ambiente e todos os arquitectos que queiram participar. *Para estudar a matéria, recomenda-se a consulta do site www.efap-fepa.eu (FEPA) e da página «Políticas de Arquitectura na União Europeia» no site do Conselho Directivo Nacional, www.arquitectos.pt/?no=202018,132*

FORMAÇÃO

A SUL

CINCO ÁREAS PRINCIPAIS EM DESTAQUE

NO PLANO DE ACTIVIDADES,
APRESENTADO À ASSEMBLEIA
REGIONAL NO DIA 12 DE FEVEREIRO.
E QUE ESTE ANO TEVE COMO LEMA
‘A ORDEM FAZ PARTE DO SEU
DIA-A-DIA’, TRACAMOS OS NOSSOS
OBJECTIVOS PARA 2009, DOS
QUAIS SE DESTACA: MELHORAR
O APOIO À PRÁTICA EM SERVIÇOS
E FERRAMENTAS.

Inserida no pelouro da Prática
Profissional está uma das áreas de
actuação da Secção Regional Sul que
mais tem crescido, a Formação,
tanto pela variedade de temas
abrangidos, como pelo número
de acções e de participantes.
Procurando, no entanto, melhorar
os serviços aos arquitectos o
Conselho Directivo deliberou criar
uma estrutura para as acções de
formação, que permite de forma
simples enquadrar as suas
características.

De forma resumida temos:
Actualização de Conhecimentos –
Tratam-se de acções de formação
que visam esclarecer e elucidar os
Membros, maioritariamente em
questões regulamentares, com
duração de um a dois dias.

Habilitante – Trata-se de acções de
formação, com uma carga horária
elevada, co-organizadas pela Ordem
dos Arquitectos com entidades e
formadores acreditados, centradas
em temáticas para as quais é
necessário estar habilitado para
exercer essa especialidade. Os
formandos estão obrigatoriamente

sujeitos à realização de uma prova
de verificação de conhecimentos.
Competitividade – Tratam-se de
acções de formação que visam a
transmissão de conhecimentos,
experiências e diferentes visões
sobre o exercício da profissão
focando temáticas na área da
Estratégia, Competitividade e
Posicionamento Pessoal
[Comportamental].
Jornadas Técnicas – Tratam-se
de acções de formação que
apresentam uma visão e um
discurso técnico sobre determinada
temática, com durações variadas.

Seminários/*Workshops* –
Tratam-se de acções de formação
que visam apresentar e pôr à
discussão diferentes visões sobre
um mesmo problema, território,
política, etc., sendo por vezes
complementadas por um *workshop*,
levando os formandos a realizar
trabalho prático.

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, 2.ª SESSÃO, 29 DE ABRIL DE 2009

Nos termos da Lei e do Estatuto,
dá-se conhecimento que foi
designado o próximo dia 29 de Abril
de 2009, pelas 20:30 horas, na Sede
Nacional da Ordem dos Arquitectos,
Edifício dos Banhos de São Paulo,
Travessa do Carvalho, n.º 23, em
Lisboa, para realização da segunda
sessão da Assembleia Geral
Ordinária da Ordem dos Arquitectos,
dando assim continuidade aos
trabalhos iniciados no passado
dia 26 de Março de 2009.

LISBOA, 30 DE MARÇO DE 2009
O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL EDUARDO SOUTO MOURA, ARQUITECTO

Prosseguindo a política de melhorar
os serviços aos arquitectos,
alargámos significativamente, em
2008, o número de parcerias que
dão benefícios aos associados, que
podem ser accionados com o novo
cartão de Protocolos OA-SRS’09.
LEONOR CINTRA GOMES, PRESIDENTE
DO CONSELHO DIRECTIVO REGIONAL DO SUL

Silvia Leiria Viegas, architecta
Tatiana Mourisca, architecta
Tel. 213 241 140/77
formacaocontinua@oasrs.org,
formacao2@oasrs.org
PROGRAMAS FORMENORIZADOS,
FICHAS DE INSCRIÇÃO E PREÇÁRIO
EM WWW.OASRS.ORG

14 > 15 MAIO
JORNADA TÉCNICA
LUMINOTECNIA EM
ARQUITECTURA
FORMADORA Margarida Costa Martins
DURAÇÃO 14h
CRÉDITOS 8

20 MAIO
JORNADA TÉCNICA
MEDIÇÕES, ORÇAMENTOS
E CADERNOS DE ENCARGOS
FORMADOR Arq. Vasco Martins
DURAÇÃO 7h
CRÉDITOS 7

22 > 27 MAIO
E 18 > 26 JUNHO
SEMINÁRIO/WORKSHOP
ARQUITECTURA E
SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA
FORMADORES Engenheiros Maria
João Rodrigues e João Parente
DURAÇÃO 4h cada
CRÉDITOS 4 cada

28 > 29 MAIO
JORNADA TÉCNICA
GESTÃO DE ATELIER
FORMADOR Dr. Abílio Magalhães
DURAÇÃO 10h
CRÉDITOS 8

19 JUNHO
ACTUALIZAÇÃO DE
CONHECIMENTOS
DIREITO DE AUTOR
FORMADOR Dr. José Saraiva de Lemos
DURAÇÃO 4h
CRÉDITOS 4

EM PREPARAÇÃO
JORNADA TÉCNICA
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
JORNADA TÉCNICA
SUSTENTABILIDADE E
REABILITAÇÃO DO PATRIMÓNIO
CONSTRUÍDO
SEMINÁRIO/WORKSHOP
CENTROS HISTÓRICOS E VIDA
CONTEMPORÂNEA

Mais se informa que a referida
segunda sessão da Assembleia
Geral Ordinária terá a seguinte
Ordem de Trabalhos:

Ponto Um Relatório e Contas da
Ordem dos Arquitectos de 2007;
Ponto Dois Orçamento da Ordem
dos Arquitectos para 2009.

Se à hora marcada não estiver presente,
pelo menos, metade dos membros
efectivos, a reunião terá início uma hora
depois, com a presença de qualquer
número de membros.

PRÉMIO AICA ARQUITECTURA 2008

A CAPA DESTA EDIÇÃO FOI ESCOLHIDA PELOS ARQUITECTOS DISTINGUIDOS COM O PRÉMIO AICA/MINISTÉRIO DA CULTURA 2008 – ARQUITECTURA

Coube à dupla Alexandre Alves Costa (1939) e Sergio Fernandez (1937) seleccionar a imagem favorita para ilustrar um percurso onde o júri encontrou «quer a qualidade e contemporaneidade das suas propostas, quer o rigor e cuidado histórico das muitas intervenções sobre o património construído» e ainda «um notável percurso ao serviço do ensino da arquitectura, em especial como Professores da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, tendo marcado, com a sua sensibilidade e cultura, inúmeras gerações.» Manuel Graça Dias, Leonor Nazaré, João Pinharanda, Ana Vaz Milheiro e José Manuel Fernandes integraram o Júri desta edição que também premiou, na secção «Artes Plásticas», o escultor Rui Sanches (1954). www.dgartes.pt/premiosaicamc/comunicado_240309.htm

SOBRE A ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO AICA/MC 2008

Normalmente, espera-se ganhar quando se concorre. Um concurso de arquitectura, por exemplo. E, a maior parte das vezes, perde-se! Por isso não esperávamos receber nenhum prémio.

Não se pode dizer que não ficamos satisfeitos e honrados: sobretudo pela bela companhia dos premiados que nos antecederam.

Temos ambos a ideia de que o nosso papel, como arquitectos e docentes universitários, é fazer boa arquitectura e ser bom professor. Por isso nos parece, antes de mais, que este prémio, se destinou a compensar uma actividade normal (se é que a nossa arquitectura e a nossa docência têm, de facto, algumas qualidades...).

Se assim for, está a ser reconhecida uma já longa carreira que tentámos fosse pautada pelo rigor e pelo empenho pessoal, sempre com o sentido do serviço à nossa comunidade.

Se assim for, parece-nos normal e seria falsa modéstia não o achar. Gostaríamos de salientar que seja qual for a justeza desta atribuição (e pensamos em tantos outros eventuais merecedores deste prémio) nada ou quase nada teria sido possível sem os amigos, os mestres, os colegas, os alunos e os colaboradores que ao longo da vida nos ajudaram a construir o que somos.

MARÇO 2009

ALEXANDRE ALVES COSTA

SERGIO FERNANDEZ

HABITAR PORTUGAL 2006-2008

SELECÇÃO MAPEI/OA, CANDIDATURAS ATÉ 31 DE MAIO

A entrega de propostas de trabalhos concluídos nos anos de 2006, 2007 e 2008, candidatos a integrarem a «selecção Mapei/OA» decorre, exclusivamente *on-line*, até 31 de Maio.

Na continuidade das duas edições anteriores, “Habitar Portugal 2006-2008” tem como objectivo oferecer um retrato abrangente das obras com que, em todas as escalas e âmbitos de intervenção, os arquitectos portugueses têm contribuído para a transformação da sociedade portuguesa.

A iniciativa do Conselho Directivo Nacional é comissariada por Pedro Gadanho. Os comissários regionais são Pedro Bandeira (Norte); Nuno Grande (Área Metropolitana do Porto); Pedro Jordão (Centro); Luís Santiago Baptista (Área Metropolitana de Lisboa); Ricardo Camacho (Sul) e Pedro Costa (Ilhas).

Conselho Directivo Nacional
Pelouro do Conhecimento
Produção
Tel: 213 241 110 hp0608@habitarportugal.org
www.habitarportugal.org



CELEBRAR 10 ANOS EM PARCERIA

OS TRÊS PARCEIROS ASSOCIADOS ÀS CELEBRAÇÕES DO 10.º ANIVERSÁRIO DA ORDEM RESPONDEM A UM NOVO DESAFIO



04 – TRUNFO

DESTAQUE UM PRODUTO, ASSINALANDO AS SUAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, QUE NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS TENHA MERECIDO A CONFIANÇA DO ARQUITECTO E DO CLIENTE FINAL.

A Gaggenau revolucionou o mercado com o sistema Vario: a série Vario 400 Cooktops e a série Vario Cooling.

A série **Vario 400 Cooktops** consiste em placas dominó de grandes dimensões, com 38cm de largura contra os habituais 30cm, que podem ser colocadas lado a lado como se fossem uma placa única. Vario 400 Cooktops: Grelhador eléctrico-pedra vulcânica, Teppan Yaki, Vaporeira de bancada, Placa indução 2 zonas, Placa indução para Wok, Placa 2 queimadores gás, Placa Wok gás, Fritadeira eléctrica 5 L, Placa Vitrocerâmica 2 zonas. A colocação dos comandos eléctricos na zona frontal dos móveis é uma diferença.

A série **Vario Cooling** consiste em aparelhos de refrigeração e congelação para encastre total. Vario Cooling: Frigoríficos (61 e 76cm de largura); Congeladores com dispensador de gelo (45, 61 e 76cm), com dispensador de água e gelo na porta (45 e 61cm); Combinados com gaveta de congelação e uma ou duas portas na zona de refrigeração (91cm) e conservadores de vinhos com duas temperaturas diferentes e controle de humidade (45 e 61cm). A série marca a diferença: interior em inox, luz a toda a altura e zonas de frio independente com controlo de temperatura. A diferença é Gaggenau.

A gama de **produtos engobados** (soluções coloridas utilizada na nossa gama) adiciona características impermeabilizantes às nossas telhas que superam em todos os aspectos a utilização muito difundida de outros impermeabilizantes alternativos, como são exemplo os hidrofugantes ou as tintas para telhas cerâmicas.

O engobe pode definir-se como uma composição de fundente, corante e pó cerâmico que, devidamente misturado e aplicado sobre a superfície da telha, é cozido em conjunto com esta. Durante o processo de cozedura funde-se e é absorvido pelo corpo cerâmico, permitindo atribuir uma cor à superfície da telha, eventualmente diferente da cor natural do barro. Para além de permitir decorações, reduz consideravelmente a absorção de água à superfície da telha, permanecendo estável por toda a vida útil da telha. Outros impermeabilizantes alternativos não garantem estas propriedades. Para além da vantagem de funcionar como uma espécie de **impermeabilizante durável**, reduz significativamente a probabilidade de surgirem condensações por baixo da telha e a cor não se desagrega do corpo cerâmico mesmo quando sujeita a amplitudes térmicas significativas.

O lançamento da **fachada MX Mecano** veio revolucionar o conceito destes sistemas, pois a versatilidade da sua estrutura garante uma resposta adequada a qualquer tipo de projecto e a todas as necessidades ambientais.

Desenvolvida com base na experiência de décadas e com um módulo de 52mm, a gama MX Mecano da Technal permite as mais variadas soluções de fachadas cortina e de coberturas, possibilitando diversos complementos, interiores e exteriores, desenhados para permitir:

- um controlo eficaz do sol e da iluminação;
 - uma utilização máxima da ventilação natural e energia solar;
 - minimizar os aspectos negativos do meio exterior (térmicos, acústicos e aspectos visuais);
 - a organização do espaço interior para um melhor conforto dos utilizadores.
- Às linhas sóbrias e versatilidade ímpar a Technal aliou a **qualidade e a segurança**, dois princípios defendidos desde sempre pela marca. Como tal, a fachada MX Mecano cumpre todos os requisitos normativos ao nível do isolamento térmico, estanquidade ao ar, água e vento, garantindo assim uma total conformidade com a legislação europeia.

